

## ECONOMIA

07 JUL 2000

# Brasil à beira da reclassificação

Sinais positivos da economia fazem mercado apostar em novo rating para o país

Editoria de Arte

RIO, BRASÍLIA e LONDRES

O Brasil nunca esteve tão próximo de ter uma melhora em sua classificação de risco. A constatação, que une diferentes analistas financeiros do país, começou depois da visita a Brasília de uma missão da Standard & Poor's e ganhou corpo com a melhora nos indicadores conjunturais do país nos últimos meses. Estão entre os bons motivos o aumento das exportações, o superávit primário nas contas públicas, a estabilização da inflação. Além disso, nos últimos dias, os *C-bonds* (títulos da dívida externa brasileira com maior liquidez no mercado externo) estão se valorizando, num indício de que os investidores já reconheceram a redução risco Brasil. Ontem, o diretor da Área Internacional do BC, Daniel Gleizer, se reuniu com executivos das agências de risco Fitch IBCA e S&P numa viagem a Londres. Hoje, o diretor dará entrevistas para falar como foi a rodada de negociações.

— O mercado está esperando o *up grade*, porque o país tem exibido bons fundamentos. Há, inclusive, um sentimento de que a queda de um ponto percentual nos juros básicos do país também tem a ver com a reclassificação — diz Rodrigo Campos, responsável pela área de renda fixa internacional do Opportunity.

Para os analistas, as agências estão demorando a reconhecer via *rating* a recuperação da economia brasileira. O economista Paulo Rabello de Castro, da SR Rating, informa que o comitê de classificação de sua agência está examinando os indicadores do Brasil. Tudo indica que o país terá uma elevação em seu conceito, hoje em BB- para o risco em

moeda estrangeira e em BB+ para a dívida em reais.

— Da implantação do Plano Real até a mudança do regime cambial, em 1999, não houve nenhuma melhora das condições de risco do Brasil. Agora, o Brasil deu provas de que passou no teste ácido e o setor privado produtivo está melhorando muito rapidamente. Embora ainda existam vulnerabilidades do lado do Governo, o país merece uma reclassificação — afirma Rabello.

Está longe de virar *investment grade*. Para se equiparar ao *rating* que a Moody's deu ao México (Baa3), o Brasil teria de subir cinco níveis de classificação.

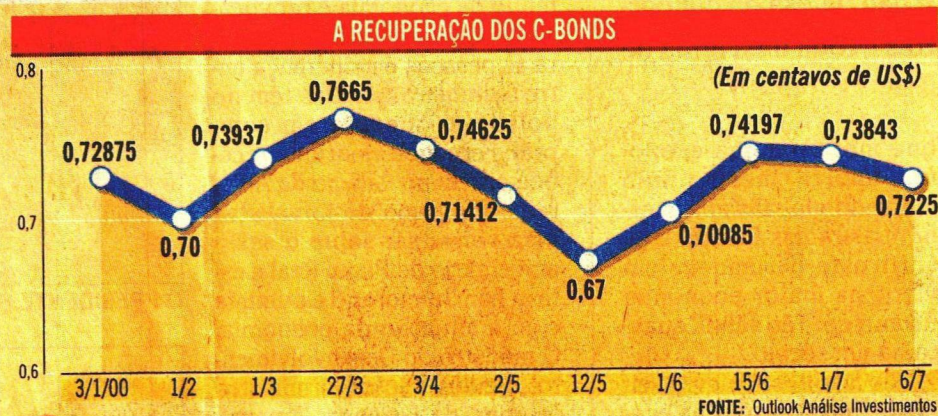
Hoje, o país tem conceito B2, equiparado a nações como Paraguai, Venezuela, Bulgária, Honduras e Nicarágua.

Na S&P, a classificação do chamado risco soberano brasileiro é B+, nível idêntico ao de República Dominicana, Nova Guiné e Cazaquistão. Ontem, a agência anunciou que, nos próximos dois meses, o México será reclassificado. Isso significa que o país passará a *investment grade* também no conceito S&P. Essa classificação abre os títulos do Governo mexicano uma gama de investidores institucionais americanos. E o aumento da demanda, em geral, resulta em taxas de juros menores.

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Sérgio Werlang, disse que a dúvida mais freqüente de investidores estrangeiros é saber se o ajuste fiscal do Brasil tem sustentabilidade no longo prazo.

Na atual rodada de encontros com agências de rating em Londres, o Governo se preocupou em levar técnicos do Ministério da Previdência para explicar os mais recentes números da área.

## Os sinais da recuperação



### PONTOS POSITIVOS

- A inflação está sob controle. No mês passado, o Banco Central reduziu a estimativa de variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 6,3% para 5,7% este ano.
- O país vem cumprindo com folga a meta de superávit primário acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O resultado fiscal de janeiro a maio foi de R\$ 13,4 bilhões, valor muito próximo da meta de R\$ 14,5 bilhões esperada para o primeiro semestre.
- As exportações, finalmente, reagiram à desvalorização cambial. Este ano, as vendas ao exterior devem subir 20%. De janeiro a junho, o superávit comercial foi de US\$ 856 milhões. O desempenho positivo este ano será o primeiro desde 1995.
- O país retomou a tendência de crescimento econômico. A indústria projeta expansão de 6% no ano. Depois de dois anos de estagnação, o PIB deve avançar de 3% a 4% este ano.
- O Congresso Nacional aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que sugere compromisso com o equilíbrio das contas públicas. A Reforma da Previdência também já foi aprovada, o que deve reduzir o déficit do setor no médio prazo.
- Os títulos da dívida externa brasileira estão se valorizando, num indício de que a percepção de risco dos investidores em relação ao país diminuiu. Ontem, os C-bonds foram cotados a US\$ 0,7525 por dólar. Trata-se do melhor desempenho em três meses.

### PONTOS NEGATIVOS

- O déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo juros e correção monetária) ainda é alto. O resultado em 2000 deve ficar próximo de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), contra déficit de 1% a 2% do PIB nos vizinhos latino-americanos.
- O superávit esperado para a balança comercial não é suficiente para livrar o país da dependência externa. Este ano, o Governo estima saldo comercial de US\$ 2,8 bilhões, mas o Brasil precisa de mais de US\$ 20 bilhões para fechar suas contas.
- O preço internacional do petróleo e as incertezas em relação à taxa de juros nos Estados Unidos expõem a vulnerabilidade externa do Brasil. O petróleo caro reduz o superávit comercial. E os juros altos nos EUA diminuem o volume de investimentos no Brasil.
- Há indefinições políticas sobre a Reforma Tributária. A popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso nunca esteve tão baixa. Este ano tem eleições municipais, o que tradicionalmente pressiona os gastos públicos.
- As reservas internacionais, de US\$ 28 bilhões aproximadamente, são insuficientes para saldar o passivo líquido externo. Para se ter uma idéia, a China tem mais de US\$ 100 bilhões em reservas.

### A CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE RISCO

#### Quem está melhor



#### Quem está igual ao Brasil



#### Quem está pior

